



REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH



Quinta - feira, 08 de Janeiro de 2026 | Ano VI, n.º 92 | **Presidente:** Prof. Adriano Nuvunga | **Português**

EM MAPUTO

Defensores de Direitos Humanos fortalecem capacidades sobre segurança física, digital e psicossocial

- A Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH) realizou, no dia 04 de Setembro de 2025, na Cidade de Maputo, uma capacitação sobre os mecanismos nacionais, regionais e internacionais de protecção dos Defensores de Direitos Humanos (DDHs).



A formação foi dedicada ao reforço da protecção dos DDHs, com enfoque nos mecanismos de protecção a nível global. A actividade contou com a participação de mais de 50 representantes de organizações da sociedade

civil, defensores de direitos humanos, activistas e jornalistas, reunidos num ambiente de partilha, aprendizagem colaborativa e construção de estratégias comuns para a promoção e defesa dos direitos humanos.

Tendência global de secundarização dos direitos humanos

Durante as notas de abertura, o Dr. Roberto Paulo, Director Executivo da LAMBDA e membro do Comité Directivo da RMDDH, descreveu o momento actual do país como marcado por um preocupante retrocesso na promoção e defesa dos direitos humanos.

Referiu, como exemplo, a acção executiva do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que desmantelou a USAID, afectando de forma significativa programas e projectos vitais para a promoção dos direitos das mulheres, das minorias de género e sexuais, entre outras iniciativas essenciais para o pleno usufruto dos direitos humanos.

Segundo o Dr. Paulo, tal cenário reflecte uma tendência global de secundarização dos direitos humanos. Acrescentou ainda que, para além das medidas administrativas do Governo norte-americano, a crise pós-eleitoral em Moçambique agravou os riscos enfrentados pelos defensores, ampliando os desafios para aqueles que dedicam as suas vidas à causa dos direitos humanos.

Face a isso, destacou a importância de os defensores conhecerem os mecanismos disponíveis e saberem como utilizá-los para reduzir os riscos inerentes ao seu trabalho. Sublinhou que a capacitação é oportuna, pois dota os participantes de competências para adaptar e usar mecanismos de



protecção nacionais, regionais e internacionais.

Durante a formação, foram debatidos temas centrais como os direitos dos defensores, os instrumentos de protecção existentes, incluindo as dimensões física, digital e psicossocial, bem como técnicas de documentação de violações.

Direitos Humanos e instrumentos de protecção

No primeiro módulo, dirigido por Artur Malate, advogado do Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD), foi destacada a importância de compreender os direitos e os instrumentos de protecção disponíveis. A sua intervenção serviu como guia essencial para activistas, jornalistas e cidadãos que actuam na linha da frente da defesa dos direitos humanos.

Artur Malate enfatizou que os direitos dos defensores não são privilégios, mas a aplicação de princípios universais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em diversas constituições. Destacou que os defensores têm direito a: Lutar pela protecção e realização dos direitos humanos: incluindo investigar, obter e difundir informações sobre violações e manifestar-se publicamente; Acessar e comunicar-se com



órgãos nacionais e internacionais: como a Comissão Africana dos Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos da ONU, sem receio de represálias; Ter segurança e integridade física protegidas: sendo o Estado responsável por prevenir intimidação, assédio e violência; Associar-se livremente: criando e participando em organizações e redes que fortalecem a solidariedade entre defensores.

MECANISMOS DE PROTECÇÃO

O orador apresentou três níveis de mecanismos:

1. Mecanismos Nacionais

Constituição da República: garante direitos fundamentais, sendo a primeira linha de defesa; **Tribunais e Ministério Público:** accionáveis em casos de violações; **Provedoria de Justiça:** pode

mediar casos e promover responsabilização.

2. Mecanismos Regionais

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e o seu **Protocolo sobre Defensores**; **Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos:** recebe denúncias e emite recomendações; **Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos:** via legal para reparação quando mecanismos nacionais falham.

3. Mecanismos Internacionais

Declaração da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos; **Relator Especial da ONU sobre Defensores:** pode intervir em casos urgentes; **Conselho de Direitos Humanos da ONU:** usado para apresentar relatórios e solicitar escrutínio internacional.

Direito à manifestação e à expressão como pilares da democracia

A activista Valuarda Monjane alertou para a crescente erosão dos direitos fundamentais em Moçambique, destacando o não usufruto pleno do direito à manifestação pacífica e da liberdade de expressão. Sublinhou que tais direitos são “ferramentas essenciais para a participação cidadã, fiscalização do poder e promoção de mudanças sociais”. Segundo a oradora, manifestações pacíficas são frequentemente reprimidas e a liberdade de expressão sofre constantes ameaças, incluindo tentativas de criminalização da dissidência.

Expressou ainda preocupação sobre a existência de infiltrados no seio dos próprios defensores, actuando como agentes de vigilância e controlo. A vigilância estende-se ao universo digital, onde computadores e telemóveis tornam-se alvos recorrentes.



Segurança física, digital e psicossocial como mecanismos de protecção

O segundo módulo foi ministrado por André Mulungo, que sublinhou a necessidade de uma abordagem holística da segurança.

Segurança Física

Enfatizou a importância da prevenção, da atenção permanente ao contexto, da variação de rotinas e da existência de planos de emergência, bem como da criação de redes de apoio.

Segurança Digital

Destacou a crescente vigilância virtual e apresentou orientações práticas sobre criptografia, senhas fortes, plataformas seguras e prevenção de ataques como phishing. Sublinhou que proteger dados é também proteger comunidades e vítimas.

Segurança Psicossocial

Salientou que o trabalho dos defensores é emocionalmente exigente e pode causar esgotamento e trauma. Incentivou o autocuidado, a busca de apoio psicossocial e o estabelecimento de limites saudáveis.



A mensagem foi clara: não há actuação eficaz a longo prazo sem saúde mental preservada.

Documentação de violações de direitos humanos e incidência local

No último módulo, conduzido por Neide Martins, Coordenadora da RMDDH, e por Florentina Cassambwe, jornalista do CDD, destacou-se a importância da documentação rigorosa como ferramenta estratégica para a responsabilização.

Neide Martins sublinhou que dados precisos e verificáveis são essenciais para a elaboração de dossiês sólidos, capazes de accionar órgãos de protecção nacionais e internacionais.

Florentina Cassambwe complementou reforçando o papel da incidência local, que transforma a documentação em acção concreta junto das comunidades afectadas, promovendo mobilização, empoderamento e evitando a revitimização. Documentação rigorosa e incidência estratégica, afirmou, “criam um vínculo de protecção onde a informação se torna poder para a mudança”.

O momento alto da capacitação foi a entrega dos certificados aos participantes, reconhecendo



o seu engajamento e incentivando a aplicação prática das estratégias de protecção.

A actividade foi realizada no âmbito do programa Pró-Cívicos e Direitos Humanos, em parceria com o consórcio IMD, CESC, MASC e CDD, reforçando o compromisso colectivo na criação de um ambiente mais seguro para os defensores em Moçambique.





REDE MOÇAMBICANA DOS
DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

RMDDH

Almejamos um país livre e seguro para os Defensores dos Direitos Humanos, um ambiente favorável ao desenvolvimento das comunidades e ao envolvimento da juventude como potenciais Defensores dos Direitos Humanos.

We aspire to a nation where Human Rights defenders can operate freely and securely, fostering community development and empowering youth to become effective advocates for Human Rights.

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: RMDDH
Presidente: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungo
Autor: RMDDH
Layout: RMDDH

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Kingdom of the Netherlands



PROJECTO

Pro-Cívico &
Direitos Humanos

Rua Dar-Es-Salaam, número 279, Bairro Sommerschild, Maputo - Moçambique **Contacto** +258 857645056
 Email : info@redemoz-defensoresdireitoshumanos.org [@RMDDH_Moz](https://twitter.com/RMDDH_Moz) [rmddh_moz](https://www.instagram.com/rmddh_moz)
 Facebook: [@RMDDHMoz](https://www.facebook.com/RMDDHMoz) redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/ **linkedIn**: [rmddh](https://www.linkedin.com/company/rmddh)